



## **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA CHESF: resguardando e preservando a informação do patrimônio institucional**

*Tatiana Rodrigues Moura*  
*Universidade Salgado de Oliveira*  
*tatianamoura1325@outlook.com*

*Thiago Nunes Soares*  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*  
*thiagonsoares@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo visa analisar a relevância do Centro de Documentação (CDOC) da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), um órgão governamental fundamental para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, conforme registra a sua própria história. Neste sentido, vem destacando o trabalho arquivístico e as atividades da instituição, mais especificamente, o desenvolvido para preservar as diversas fontes documentais da empresa. Durante a pesquisa, concebeu-se a informação em seus múltiplos aspectos, enquanto um importante patrimônio, com a proposta de preservar, resguardar e controlar a informação patrimonial. A partir desse estudo de caso, analisou-se um investimento organizacional nas áreas meio e fim, destacando a importância da preservação dos acervos históricos e institucionais para a memória social.

**Palavras-chave:** Patrimônio. História. CHESF. Arquivos.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho é fruto da necessidade de apresentar a contribuição do Centro de Documentação (CDOC) da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com o objetivo de organizar e conservar a grande massa documental produzida e posteriormente, torná-la acessível às atuais e futuras gerações. Para melhor compreensão é importante fazer um breve histórico da CHESF. Ela foi construída diante da importância de investimento do Rio São Francisco, sendo considerada por isso, como um instrumento de integração nacional (ANDRADE, 2005). Compreendendo que a CHESF construiu uma história para o país, deixando como herança um acervo patrimonial. Daí a necessidade de construir um centro de documentação capaz de facilitar o trabalho da empresa, garantindo seu bom funcionamento e preservando através de seu acervo, a história dessa empresa.

Neste sentido, a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, mais especificamente o artigo 1º, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, destacando que é dever do poder público a gestão documental e a de proteção a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação (BRASIL, 2005).

E no artigo 3º, considera-se a gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou reconhecimento para guarda permanente (BRASIL, 2005). Nesse caso, a administração de arquivos desde a sua primeira fase, facilita e agiliza o trabalho da empresa e, mais especificamente, de seus funcionários. Servindo assim como centro de gestão documental, o CDOC, guarda e preserva a história da instituição. Além de servir como um instrumento de controle à ação administrativa da empresa.

Assim apresentamos o CDOC, enquanto Centro Documental, onde vem propor e executar uma política de produção, organização e preservação da massa documental nas áreas meio e fim, como também de preservação dos acervos históricos. No primeiro momento apresentamos a Chesf, quanto pioneira a implantar um dinamismo econômico, político e social para o Nordeste, no segundo analisamos a importância do CDOC, enquanto um Centro de Gestão Documental. E, por fim refletimos sobre o seu resultado, o que se deve melhorar para uma maior excelência dos serviços prestados.

## **2 A HISTÓRIA DA CHESF**

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), uma empresa do Governo Federal ligada ao sistema Eletrobrás, representa a maior rede de geração e transmissão de energia elétrica em alta tensão do país. Ela começou a funcionar em meados do século XX, sua força vem das águas do Rio São Francisco (JUCÁ, 1982). Tudo isso em um tempo que toda região Nordeste estava bastante atrasada em seu desenvolvimento, em comparação as demais regiões do Brasil. Embora que, em meados de 1801, o naturalista J.V. Couto chamava atenção para a capacidade potencial oferecida pelo Rio São Francisco, a respeito à exploração de suas águas no objetivo de beneficiar a agricultura de suas regiões ribeirinhas (LINS, 1973). No entanto, ao longo dos anos, vários pedidos foram efetuados para que fossem aproveitados seu potencial hidráulico, onde Delmiro Gouveia foi pioneiro nesse desafio.

“Delmiro deu a ideia, Apolônio aproveitou, Getúlio fez o decreto e Dutra realizou” (GONZAGA, 1955, p.24).

**Imagem 1.** Obras de construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I, no rio São Francisco, entre os municípios de Paulo Afonso (BA) e Água Branca (AL).



**Fonte:** Acervo CDOC, 1949.

Após a implantação da CHESF, a energia elétrica iluminou as ruas e as casas de Recife e de toda região nordestina exceto o Estado do Maranhão, surgindo esperança, Desenvolvimento e Progresso para esse povo tão sofrido, onde na década de 1950 era grande o índice de analfabetismo e mortalidade infantil. Nesse sentido, a idealização e criação da CHESF veio contribuir no que se refere ao Nordeste e para o Brasil, um passo à frente ao crescimento Econômico, Político, Social e Cultural.

Segundo Oliveira (1998. p. 2) a CHESF não foi construída desprovida de qualquer controle operativo, ela traduz a capacidade de implementação de políticas públicas do Estado brasileiro numa economia pré-industrializada, como também das reduzidas perspectivas de implantações industriais no Nordeste.

Segundo Jucá:

[...] a CHESF é considerada um grande Marco histórico para o País e principalmente para o Nordeste, suas histórias, os resgates de suas memórias precisam ser levadas mais a sério e contadas em livros, documentários e exposições, para que as gerações mais novas e futuras possam compreender que este patrimônio nacional, vale muito bilhões de reais (1982, p. 36).

Além do qual, possui um patrimônio Imaterial<sup>1</sup> importantíssimo, criado em sua trajetória histórica. Patrimônio construído através da força das Águas do Rio São Francisco<sup>2</sup>, onde esse empreendimento desenvolve valiosíssimo aspecto histórico, cultural, econômico e geográfico para regiões Ribeirinhas e o Nordeste como todo.

**Imagem 2.** Bacia do São Francisco



**Fonte:** Wikipédia <mapas+rio+sao+francisco&r>, acessado em 20/05/2017.

<sup>1</sup> A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, que define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. Disponível em: <portal.iphan.gov.br>, acessado em 20/05/2017.

<sup>2</sup> Para os indígenas, antes de ser descoberto pelos portugueses, ele era o Opará ou Pirapitinga. Mas, há 515 anos, recebeu o nome do santo protetor dos animais e do meio ambiente. Trata-se do rio São Francisco, considerado o segundo maior rio do Brasil, perdendo apenas para o Amazonas. Sua nascente fica na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, em Minas Gerais. Do seu berço, ele percorre cerca de 2.700 quilômetros até chegar a sua foz, no município de Piaçabuçu, em Alagoas, para então desaguar no Oceano Atlântico. Também é conhecido como o rio da integração nacional, por aproximar o Sertão do Litoral e unir homens e culturas. Além de Minas Gerais e Alagoas, banha os estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Apelidado carinhosamente pelos sertanejos de 'Velho Chico', ele é protagonista na vida de diversos brasileiros, levando desenvolvimento, destacando a história e a vida da população ribeirinha que tira o sustento das suas águas, além da grande procura por parte dos turistas. Todo o Vale do São Francisco ocupa uma área aproximada de 620 mil km<sup>2</sup>, incluindo 505 municípios e uma população de cerca de 18,2 milhões de pessoas. <www.alagoas24horas.com.br/.../em-515-anos-de-historia-rio-sao-francisco>, acessado em 20/05/2017.

Segundo Nascimento, iniciou onde não existia praticamente nada, em um contexto “ressequido do sertão nordestino, graciosamente banhado pelas águas do Rio São Francisco e pela Majestosa cachoeira de Paulo Afonso, no povoado, depois distrito e hoje Município de Paulo Afonso, no Estado da Bahia” (1998, p. 24). A Companhia Hidroelétrica do São Francisco, empresa do grupo Eletrobrás foi criada pelo decreto lei N° 8.031 e 8.032, de 3 de outubro de 1945 e constituída em assembleia de acionistas realizada em 15 de março de 1948<sup>3</sup>.

Depois de mais de meio século de vida<sup>4</sup>, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco atende a cerca de 45 milhões de nordestinos através de um parque gerador de energia com uma capacidade instalada de quase 11 milhões de quilômetros (km) em suas 14 usinas hidrelétricas e 2 termelétricas. São 87 subestações e 18 quilômetros de linhas de transmissão que levam a energia da CHESF para todo Nordeste do Brasil, e através do Mercado Atacadista de Energia, a CHESF vende energia Elétrica para todo território brasileiro, a única empresa do setor elétrico a conseguir esse feito (NASCIMENTO, 1998).

Idealizada pelo Engenheiro Apolônio Jorge de Farias Sales, a Companhia em seu curso constrói um grandioso legado, deixando para a sociedade fontes de pesquisas com um grande valioso patrimônio. Possibilitando uma construção historiográfica da Empresa quanto Instituição, Patrimônio e Agente transformador de uma região, de uma sociedade submetida ao descaso pelos dirigentes governamentais.

Claro que não podemos esquecer que um empreendimento desse porte, afetou de formas impactantes à população local, o próprio Rio São Francisco e seu ecossistema, como os reassentamentos, causando nas comunidades ribeiras<sup>5</sup> perdas de suas características históricas. Porém vale salientar que, diante do contexto social, econômico, político e geográfico que as comunidades ribeirinhas viviam, a Companhia hidrelétrica do São Francisco, garantiu aos ribeirinhos sensível elevação no nível de vida (ANDRADE, 2005, p. 58).

Devido a esse empreendedorismo histórico da instituição como um todo, surge a necessidade de preservar a história da CHESF de forma técnica e alicerçada na ciência arquivística, de modo que, a informação é um elemento imprescindível à adequada condução

<sup>3</sup> <<http://www.folhasertaneja.com.br>>, acessado em 19/05/2017.

<sup>4</sup> Em março de 2017 a empresa completou 69 anos de existência.

<sup>5</sup> Povos ribeirinhos ou ribeirinhas são aqueles que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/povos\\_ribeirinhos](https://pt.wikipedia.org/wiki/povos_ribeirinhos)>, acessado em 19/05/2017.

de qualquer atividade. Nesse sentido, foi criado um projeto com a intenção de resguardar toda documentação histórica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, um Centro de Documentação. Seu objetivo é de guarda, controle e preservação documental, de tipo histórica, administrativa, técnica, jurídica, financeira, dentre outros, que estejam formalizados como instrumento documental e gerador de informação, para a construção do conhecimento. Preservando assim, um dos seus maiores bens, sua história, construída ao longo desses anos, em que serve para auxiliar a administração da empresa, em decisões importantes, em consultas para pesquisas histórica, técnica, jurídica, no próprio setor administrativo como um todo.

### 3 O CDOC DA CHESF<sup>6</sup>

Idealizado por funcionários da empresa CHESF, é lançado o projeto que dá criação ao CDOC em meados de 2002. Iniciam-se uma construção informal e urgente para guarda de documentação que se encontrava em um estado total de degradação em um “galpão<sup>7</sup>”, pois nesse período a CHESF estava sendo processada judicialmente por uma empresa, e a documentação que ela precisava para provas do processo foi encontrada nesse galpão totalmente degradada, destruída pelo descaso, por fungos, insetos e pela ação do tempo.

**Imagem 3.** Fotos das documentações que estavam no galpão.

---

<sup>6</sup> As informações dispostas sobre CPDOC foram coletadas por meio da análise de alguns documentos corporativos, por depoimentos orais de funcionários que participou de seu projeto e de sua construção, além da vivência profissional da pesquisadora desse estudo que trabalha prestando serviço ao CDOC.

<sup>7</sup> Esse galpão, na verdade era um depósito, onde os funcionários usavam para colocar objetos velhos, sem uso, que iria para lixo.



**Fonte:** Acervo CDOC, 2002.

Por consequência disso, a CHESF perdeu a ação, teve que pagar uma indenização para empresa reclamante. E diante disso foi encabeçado com urgência o projeto piloto CDOC. Estava nesse galpão cerca de 71 milhões de documentos que começaram a ser tratados, restaurados e organizados pela uma equipe técnica contratada para Gestão Documental, pois quase 100% da documentação estava deteriorada.

**Imagem 4.** Fotos das documentações que estavam no galpão.



**Fonte:** Acervo CDOC, 2002.

Com base nessa necessidade e junto com o projeto CDOC, segundo o MGDOD (2007, p. 7), foi criado a CPAD – Comissão Permanente de Avaliação Documental e o PDA – Projetos de Documentos de Arquivos, com o objetivo de aplicar uma metodologia de

implantação de Gestão do Acervo documental e Preservação da Memória da Instituição E em 04 de junho de 2004 a Diretoria Plena da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, aprova o projeto CDOC, considerando a necessidade de institucionalizar o processo de avaliação documental, junto com a responsabilidade e o dever de garantir a proteção dos conjuntos documentais como fonte à pesquisa, à história e à defesa dos interesses da CHESF.

Em 2006, o projeto CDOC foi aprovado e lançado em execução, como também, junto com o projeto CDOC, foi lançado o CDOCR – Centro de documentação Regionais da CHESF. O CDOC sede tem 2.800m<sup>2</sup> com a capacidade de guardar mais de 39.284 (trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro caixas box) pertencentes a várias unidades organizacionais da empresa, sua estrutura foi construída com uma moderna edificação com base aos requisitos recomendados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ele está criteriosamente dimensionado em área de recepção, salas para consultas, arquivo técnico, onde guarda mais de 450.000 desenhos de engenharia, processos de desapropriações, dossiês de empregados, prontuários médicos, atas de reuniões da presidência, documentações da área financeira, prestações de contas, contratos, e dentre outros, relacionados às atividades da empresa, onde estão distribuídos no arquivo intermediário e permanente. Sua criação tem a finalidade de executar uma política de produção, organização e preservação da massa documental das áreas meio e fim da CHESF, e dos documentos históricos. Como normatizar os procedimentos de recebimento, registro, produção, expedição, tramitação, arquivamento, avaliação, digitalização, conversão de mídias, microfilmagem, plotagem de documentos, consulta e empréstimo do acervo documental.

**Imagem 5:** Foto aérea do CDOC sede.



**Fonte:** Acervo CDOC, 2009.

O CDOC também guarda o acervo em suas fases intermediárias e permanentes, além do acervo histórico e confidencial, constituído por fotografias, mapas, slides, cromos, negativos, filmes, processos judiciais, e entre outros.

**Imagem 6:** Fotos das documentações com a nova estrutura CDOC sede – Acervo Intermediário<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, ainda vigentes para efeitos administrativos e legais, de uso pouco frequente, que aguarda destinação final. (JARDIM, 1992).



**Fonte:** Fotografia registrada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017.

Para o CDOC, toda documentação produzida no processo de uma organização, faz parte de sua memória institucional por estar relacionada a sua trajetória, como uma nota fiscal, ata de reunião, um parecer na tomada de decisão da diretoria, pois segundo os engenheiros, administradores, advogados, secretários e presidentes, com anos de trabalhos para empresa, relata que toda documentação pode ganhar um significado importante. Inclusive, pode até salvar a CHESF em algum processo judicial, ou em uma auditoria jurídica, por ser a CHESF, uma Instituição de grande porte nacional.

Através do organograma da empresa em anexo, percebe-se que a Chesf dispõe de uma complexa divisão orgânica, divide-se em Diretoria departamentos e divisão, ou seja, ela possui setores aos quais produzem massa documental das mais variadas séries<sup>9</sup>, isso nos diz que, todos os órgãos produzem documentos, e dos mais diversos, desde uma Correspondência Interna (CI) a um Dossiê de Empregado, Prontuário Médico, Processo de Ação de Desapropriação, Ata de Reunião com a Presidência (chamado de Ata de Reunião da Diretoria Plena), Desenhos Técnicos relacionados às construções das Usinas e subestações, dentre outros.

Diante disso, o CDOC tem a função de receber essa documentação, e realizar os procedimentos para seu trato e guarda de acordo com a Tabela de Temporalidade, orientada pelo CONARQ, mas adaptada à CHESF. E em conjunto com o CPAD<sup>10</sup>, os quais

<sup>9</sup> Por série documental, compreendemos os documentos que possuem a mesma procedência e foram desenvolvidos no âmbito de uma mesma função. MENDO Carmona, Concepción. Consideraciones sobre el método em Archivística. In: **Documenta & Instrumenta**, n° 1. 2004. p. 36-47

<sup>10</sup> Compete ao CPAD, observar as disposições constantes das legislações pertinentes ao assunto, em especial a lei 8.159 de 08/01/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, decreto n° 4.073

estabelecem procedimentos que são seguidos criteriosamente para que essa documentação seja deliberadamente conservada e acondicionada.

**Imagem 7:** Sala de conversão de multimídia.



**Fonte:** Fotografia realizada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017.

Atualmente, o CDOC conta com um arquivista, um administrador, cinco técnicos de microfilmagem e digitalização, uma equipe terceirizada – composta por uma historiadora (a qual tem em andamento uma pós-graduação em arquivos e patrimônio) e três auxiliares em arquivos, contratados para o processamento arquivístico dos documentos (classificação, organização e guarda).

## **ATIVIDADES REALIZADAS NO CDOC**

Seu funcionamento diário dar-se da seguinte maneira. As documentações dos órgãos e departamento são enviadas para o CDOC, junto com um formulário denominado Remessa Documental (RD), da qual essa RD consta a descrição dos itens enviados pelo departamento.

São transferidos para o CDOC apenas documentos de arquivo recebidos ou produzidos pela CHESF, em decorrência do exercício de suas atividades, qualquer que seja o suporte, de acordo com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade Documental, a

---

de 03/01/2002, que regulamenta a lei nº 8.159 de 08/01/1991 e a resolução nº 7 de 20/05/1997 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, durante os movimentos de atualizações da Tabela de Temporalidade Documental – TTD.

transferência será somente de documentos originais, excetos os casos, cujos originais tiverem desaparecido, e os expedidos, aos quais só existem cópias.

Em caso de grandes volumes realiza-se visita prévia ao solicitante/órgão para conhecer a documentação e o volume a ser transferido, orientando o solicitante/órgão quanto à forma de envio. Caso o documento ou lote não venha acompanhado da RD, deverá ser devolvido ao solicitante/órgão informando a causa e orientando quanto ao recebimento da RD. A recepção registra em planilha o recebimento das RD'S antes de enviar para conferência, o auxiliar técnico recebe essa documentação, o arquivista e a historiadora examina, ou seja, faz a classificação dessa documentação. O auxiliar técnico faz todo trato documental, higieniza, confere o documento, acondiciona em caixas box, até restaura se houver necessidade, depois envia-o para seu devido acondicionamento nos arquivos Técnico, Permanente ou Intermediário, onde aguardará seu ciclo de vida vigente, e após sua vigência de guarda, será feito seu descarte legal, de acordo com tabela do CONARQ.

Alguns documentos no CDOC devem ser preservados permanentemente, porque comprovam ações que possuem efeitos informativos, probatórios ou jurídicos, como os documentos de desapropriação de imóveis, escrituras de imóveis, e ações judiciais. Na perda ou eliminação dessa documentação pode causar grandes danos para a Instituição, como já ocorreu. Já outros documentos cumprem seu ciclo de vida necessário ao tempo determinado pela Tabela de Temporalidade Documental (TTD) e ao prescreverem, a documentação é eliminada, para não dificultar o acesso de outros conjuntos documentais.

O CDOC também vem desenvolvendo em suas atividades o Gerenciamento Eletrônico Documental (GED)<sup>11</sup>. Cujas ferramentas servem de suporte de trabalho para facilitar as atividades de organização, visando o aperfeiçoamento e a qualidade da informação e controle documental. “O Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestão Eletrônica de Documentos -GED é usado como uma ferramenta para gerir informações e documentos digitais ou digitalizados, visando armazenar e disponibilizar toda a massa documental, em qualquer formato ou suporte” (ANDRADE, 2002, p. 54).

Segundo Fantini (2001, p. 35), o gerenciamento permite “capturar, recuperar e transmitir documentos contendo todos os tipos de informação, tais como: manuscritas, criadas por computador, diagramas, fotografias, desenhos de engenharia e impressões

---

<sup>11</sup> Gerenciamento Eletrônico Documental significa um conjunto de tecnologias usado para organizar a informação não estruturada de um órgão ou instituição, que pode ser dividida nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição (CONARQ, 2006, p. 6).

digitais”. Andrade (2002, p. 2), assim enfatiza as vantagens do GED: “a implantação de um sistema eletrônico de informações oferece oportunidades para a organização agregar valor a seus bens e produtos, possibilitando vantagens competitivas”, entendimento este também compartilhado por Starbird e Vilhauer (1997, p. 88), ao afirmar que “o gerenciamento eletrônico de documentos pode otimizar, automatizar e acelerar tarefas de processamento da informação em numerosas aplicações”.

Com a tecnologia que se atualiza constantemente, a obsolescência das mídias exige que o GED permita a adequação às mudanças dos formatos digitais, bem como, adaptação ou migração entre sistemas e atualizações possíveis. Para Koch (1997, p. 55), a “constante evolução das mídias implica em futuras migrações entre estas para assegurar que o acervo continue legível”.

Diante dessas desvantagens surge ainda mais uma questão, e provavelmente, a mais importante a ser observada pelas instituições na hora da escolha do *software* de gerenciamento eletrônico de documentos, que diz respeito à capacidade de gerenciar durante todo o ciclo de vida dos documentos e preservar os metadados das informações contidas nos arquivos digitais.

Sendo assim, o CDOC utiliza o GED para gerenciar parte de seu acervo, considerando que, se todo o acervo adotasse o GED, exigiria um desdobramento funcional, analítico e tecnológico para gerenciar com excelência toda a massa documental existente. O GED é utilizado por um acervo documental de fase corrente, e ao ser analisada, observou-se que a documentação faz parte de um conjunto documental que ao ser classificado, pode receber o código de guarda permanente.

Este acervo pertence a Diretoria Financeira onde sua consulta é constante pela mesma, como pelo Departamento Jurídico e Auditoria, e por conta da grande frequência de consultas, a equipe CDOC desenvolveu e implantou o sistema GED. Nesse processo é realizado o tratamento da documentação (higienização, conferência e organização) após esse processo serão levados para digitalização, e depois que é feita a digitalização passa para edição e indexação<sup>12</sup>. Quando os processos estiverem concluídos, serão disponibilizados no *software* da empresa chamado *sharepoint* (biblioteca virtual acessível pra toda instituição), e

---

<sup>12</sup> A indexação é transcrever para linguagem documental os conceitos depois de terem sido extraídos dos documentos por meio de uma análise dos mesmos, permitindo uma pesquisa eficaz das informações contidas no acervo documental. <[http://joaquim\\_ribeiro.web.simplesnet.pt/Arquivo/pdf/class\\_index\\_pdf.pdf](http://joaquim_ribeiro.web.simplesnet.pt/Arquivo/pdf/class_index_pdf.pdf)>, acessado em 23/05/2017.

assim quando necessitam desta documentação é realizada a consulta nesse *software* ao qual armazena outras tipologias documentais.

**Imagem 8:** Faixada CDOC.



Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017.

No mais, as atividades que CDOC realiza, transcorre por todo o universo arquivístico, e com grande complexidade, pois não há uma única forma de organização dos documentos, pois tudo depende das tipologias documentais e da temporalidade. Sabendo que hoje um dos grandes dilemas enfrentado cotidianamente por muitas organizações é lidar com o grande fluxo de informações geradas no ambiente organizacional. Como também a realização do descarte dessa documentação, levando os profissionais das áreas de Gestão Documental ter um grande desafio, criar mecanismo que permitam o rápido acesso, um descarte seguro, necessário e uma excelência na utilização das informações registradas em suporte físicos ou digitais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse trabalho foi apresentar o CDOC, Centro Documental, que propõe uma política de controle, organização e preservação da massa documental nas áreas meio e fim, como também a preservação dos acervos históricos. Apresentamos a CHESF, quanto pioneira que implantou um dinamismo econômico, político e social para o Nordeste,

destacando sua importância e seu empreendedorismo, claro que um pioneirismo desse porte afetou de formas impactantes à população local, e próprio Rio São Francisco e seu ecossistema, como os reassentamentos das comunidades.

Mas vale salientar que diante do contexto social, econômico, político e geográfico que as comunidades ribeiras viviam. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco garantiu uma sensível elevação no nível de vida. E conforme a Instituição vai construindo sua história no cenário brasileiro e internacional resulta a necessidade de preservar a história da CHESF, compreendendo que a informação é um elemento imprescindível à preservação e manutenção de qualquer atividade Institucional.

Nesse sentido, o projeto CDOC tem intenção de resguardar toda documentação histórica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, como um Centro de Documentação. Com objetivo de guarda, controle e preservação documental, de tipo histórica, administrativa, técnica, jurídica, financeira, que estejam formalizados como instrumento documental e gerador de informação, para a construção do conhecimento.

Utilizando o Gerenciamento Eletrônico (GED), o CDOC avança em termos tecnológicos, mas nem todo o acervo é gerenciado pelo GED, uns não são necessários e outros faltam recursos para serem implantados, considerando que, se todo o acervo adotasse o GED, exigiria um desdobramento funcional, analítico e tecnológico para gerenciar com excelência toda a massa documental existente. Sendo assim, o CDOC vai aos poucos avançando, procurando atender com competência a Gestão Documental, enfrentando desafios, errando e acertando, porém, sempre preocupado com a preservação e o controle dessa informação, como instrumento Histórico e Patrimonial da Instituição (CHESF).

**CHESF DOCUMENTATION CENTER:** preserving and preserving information on institutional assets.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the relevance of the Documentation Center (CDOC) of the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF), a governmental body fundamental for the development of the Brazilian Northeast, as recorded in its own history. In this sense, it has been highlighting the archival work and the activities of the institution, more specifically, the one developed to preserve the diverse documentary sources of the company. During the research, the information was conceived in its multiple aspects, as an important asset, with the proposal of preserving, safeguarding and controlling the patrimonial information. Based on this case study, an organizational investment was analyzed in the middle and end areas, highlighting the importance of preserving historical and institutional collections for social memory.

**Keywords:** Patrimony. History. CHESF. Files.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Vinícius. **Gerenciamento Eletrônico da informação:** ferramenta para gerência eficiente dos processos de trabalho. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Recife, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste:** contribuição ao estudo da questão no Nordeste. 7. ed. rv. e aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CHESF. **Manual de organização da CHESF.** Recife, 2017.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

FANTINI, Sergio Rubens. **Aplicação do gerenciamento eletrônico de documentos:** estudo de caso de escolha de soluções. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2001.

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. **Luiz Gonzaga Canta Seus Sucessos com Zé Dantas:** Paulo Afonso, música: ano 1955.

JUCÁ, Joselice. **CHESF: 35 anos de história.** Recife, CHESF, 1982.

KOCH, Walter. **Gerenciamento eletrônico de documentos:** conceitos, tecnologias e considerações gerais. São Paulo: CENADEM, 1997.

LINS, Rachel Caldas. Uma aproximação hidrográfica com as perspectivas energéticas do Nordeste. **Estudos Universitários:** Revista da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 13, n. 41-69, out.-dez. 1973.

NASCIMENTO, Luiz Fernando Motta. **Paulo Afonso, Luz e Força Movendo o Nordeste.** Empresa gráfica da Bahia, 1998.

STARBIRD, Robert; VILHAUER, Gerald. **Como tomar a decisão de implantar a tecnologia do Gerenciamento Eletrônico de Documentos:** tudo o que você precisa saber para decidir corretamente. 1. ed. CENADEM: São Paulo, 158p., 1997.

<[www.alagoas24horas.com.br/.../em-515-anos-de-historia-rio-sao-francisco](http://www.alagoas24horas.com.br/.../em-515-anos-de-historia-rio-sao-francisco)>, acesso em 20/05/2017.

<<http://www.chesf.gov.br>>, acessado em 12/05/2017.

<<http://www.folhasertaneja.com.br>>, acessado em 19/05/2017.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/povos\\_ribeirinhos](https://pt.wikipedia.org/wiki/povos_ribeirinhos)>, acessado em 19/05/2017.